

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS (MPE/TO)

**Concurso Público
Nível Superior**

Caderno: SS

Aplicação: 8/8/2006

CARGO 19:

ANALISTA MINISTERIAL

ESPECIALIDADE: CIÊNCIAS JURÍDICAS

TARDE

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira atentamente se o tipo de caderno — Caderno SS — coincide com o que está registrado em sua folha de respostas. Em seguida, verifique se ele contém cento e vinte itens, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenados de 1 a 120, seguidos da prova discursiva e de espaço para rascunho.
- 2 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 O espaço para rascunho da prova discursiva é de uso opcional; não contará, portanto, para efeito de avaliação.
- 4 Não utilize lápis, lapiseira, borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE/UnB.
- 5 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.
- 6 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 7 Nas provas objetivas, recomenda-se não marcar ao acaso: em cada item, se a resposta divergir do gabarito oficial definitivo, o candidato receberá pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 8 Na prova discursiva, não será avaliado texto escrito a lápis, texto escrito em local indevido ou texto que tenha identificação fora do local apropriado.
- 9 A duração das provas é de **quatro horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto definitivo da prova discursiva para a folha de texto definitivo.
- 10 Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, uma hora após o início das provas e poderá levar o seu caderno de provas somente no decurso dos últimos **quinze minutos** anteriores ao horário determinado para o término das provas.
- 11 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e a folha de texto definitivo da prova discursiva e deixe o local de provas.
- 12 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo da prova discursiva poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA (DATAS PROVÁVEIS)

- I 8/8/2006, após as 19 h (horário de Brasília) — Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — www.cespe.unb.br/concursos/mpetoadm2006.
- II 9 e 10/8/2006 — Recursos (provas objetivas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet — www.cespe.unb.br/concursos/mpetoadm2006, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse endereço.
- III 13/9/2006 — Resultado final das provas objetivas e resultado provisório da prova discursiva: Diário Oficial do Estado do Tocantins e Internet — www.cespe.unb.br/concursos/mpetoadm2006.
- IV 14 e 15/9/2006 — Recursos (prova discursiva): em locais e horários que serão informados na divulgação do resultado provisório.
- V 11/10/2006 — Resultados finais da prova discursiva e do concurso: locais mencionados no item III.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 10 do Edital n.º 1/2006 — MPE/TO — ADMINISTRATIVO, de 16/5/2006.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet — www.cespe.unb.br/concursos/mpetoadm2006.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

CESPE UnB
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 120 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 12

1 A melhor explicação para uma palavra está em sua origem. A palavra líder veio do antigo germânico *lad*, “caminho”. Um *ladan*, ou “líder”, era “aquele que mostrava o caminho”. Era o guia, que conduzia caminhantes de um povoado a outro. Sua principal responsabilidade, durante a caminhada, era “cuidar de todos e de cada um”.

7 Se o líder caminhasse muito rápido, os mais lentos ficariam para trás. Se caminhasse devagar, os mais apressados ficariam irritados. Cabia então a ele: (1) aprender direitinho o caminho — para saber onde estavam os obstáculos e escolher a melhor rota; (2) encontrar o ritmo mais eficiente — que fazia com que todos chegassem com segurança, sem desperdício de tempo ou de energia. Para isso, o líder tinha de entender quais eram as limitações de cada um.

16 Talvez a maior falha dos líderes atuais seja tratar uma equipe como se ela fosse um grupo homogêneo. Nesse caso, o líder estará desempenhando apenas metade de seu papel. Ele estará cuidando de todos, mas não de cada um.

Max Gehringer. *Época*, 29/5/2006, p. 122 (com adaptações).

Julgue os itens seguintes a respeito das idéias e das estruturas lingüísticas do texto.

- 1 No primeiro parágrafo, “*ladan*”, “líder” e “guia” são tomados como sinônimos.
- 2 Na linha 7, se a expressão “o líder” for reescrita como **um líder**, o parágrafo torna-se incoerente, embora se mantenha a correção gramatical da frase.
- 3 Os dois períodos iniciais do segundo parágrafo continuariam corretos e coerentes com as idéias do texto se o ponto (seguido de letra maiúscula) que os separa fosse substituído por ponto-e-vírgula (seguido de letra minúscula).
- 4 O sentido do texto e a correção gramatical do trecho “Cabia então a ele” (l.9) seriam preservados se o pronome “ele” fosse substituído por **ao líder**.
- 5 O sentido veiculado pelo diminutivo “direitinho” (l.10) é supérfluo para a composição das idéias do segundo parágrafo, tanto é que a retirada desse termo não causaria prejuízo semântico à frase que o contém.
- 6 O travessão presente na linha 10 foi empregado para destacar duas finalidades atribuídas ao conteúdo da oração imediatamente anterior.
- 7 O pronome “que”, em “que faria” (l.12), refere-se a “líder” (l.7), portanto a explicitação desse referente resultaria na seguinte frase: o líder faria com que todos chegassem com segurança.

- 8 A maior falha apontada pelo autor na atuação dos líderes atuais seria corrigida se eles realizassem a tarefa (1) do segundo parágrafo: “(1) aprender direitinho o caminho — para saber onde estavam os obstáculos e escolher a melhor rota”.

Os itens a seguir são paráfrases de trechos do texto. Julgue-os quanto à obediência às regras da escrita culta padrão.

- 9 Um *ladan* ou líder, era o que indicava o caminho, era o guia que conduzia caminhantes de um povoado à outro.
- 10 Cabia ao líder: (1) aprender o caminho certo para saber em que lugar se encontrava os obstáculos e se escolher o melhor rumo.
- 11 Cabia ao líder (2) encontrar o ritmo mais eficaz, um ritmo que possibilitasse que, sem perda de tempo ou energia, todos chegassem com segurança.
- 12 Nesse caso, o líder desempenha apenas metade de seu papel: embora esteja cuidando de todos, não cuida de cada um.

Texto para os itens de 13 a 23

1 Além de ser o maior escritor dramático da História, Shakespeare tinha uma visão de mundo ampla. Sua obra sempre discutiu as responsabilidades dos personagens diante da sociedade. Essa conexão é extremamente atual. Seus personagens podem ser reis e príncipes, mas eles têm problemas como qualquer pessoa de nosso tempo. A peça Henrique V, por exemplo. Como um pequeno exército inglês pôde combater batalhões franceses mais numerosos e equipados? Como Henrique V motiva seus soldados? Do ponto de vista da liderança, o personagem enfrenta dilemas comuns a qualquer executivo. No primeiro ato, Henrique define sua missão e aposta que vai cumpri-la. No segundo ato, ele negocia com os adversários. No terceiro, motiva a tropa. No quarto, na véspera da batalha, ele permanece recluso. Todo executivo já passou por essas etapas na véspera de alguma negociação importante.

Richard Olivier, em entrevista a Eduardo Vieira. *Época*, 22/5/2006, p. 70 (com adaptações).

Julgue os itens que se seguem, acerca da compreensão e interpretação do texto e das estruturas gramaticais empregadas pelo autor.

- 13 O início do texto continuaria correto e coerente se os dois primeiros períodos fossem reescritos da seguinte forma: Shakespeare, o maior escritor dramático da História, tinha visão de mundo ampla.
- 14 A expressão “Essa conexão” (l.4) refere-se à conexão entre Shakespeare e a sociedade.
- 15 A ligação lógica estabelecida pelo conector “mas” (l.5) possibilita a inferência de que, fora desse texto, “reis e príncipes” não teriam problemas como as pessoas comuns.
- 16 As duas frases interrogativas (l.7-9) trazem para o texto argumentos que visam descrever o personagem como admirável, porque os pontos de interrogação equivalem a pontos de exclamação.

- 17 A introdução, no texto, da figura de Henrique V, um rei, é uma estratégia utilizada pelo autor para mostrar que Shakespeare, ao dar preferência à nobreza, revelou-se um escritor alienado.
- 18 No trecho final, a seqüência progressiva de atos do drama é utilizada para construir a argumentação a favor das características comuns de planejamento entre guerrear e negociar.

Com relação às estruturas lingüísticas do texto, julgue os itens a seguir.

- 19 O autor incorreria em erro de concordância se empregasse o substantivo **personagem** sempre no feminino.
- 20 A acentuação dos vocábulos do segmento “exército inglês pôde” deve-se, respectivamente, a três regras, a saber: acentuam-se as proparoxítonas, as oxítonas terminadas em –e(s) e as paroxítonas terminadas em –e.
- 21 A mudança da forma verbal “motiva” (l.9) para **motivou** não prejudica a correção gramatical do texto.
- 22 Na frase “No primeiro ato, Henrique define sua missão e aposta que vai cumpri-la” (l.11-12), a transposição do adjunto adverbial inicial para a posição final, feitas as adaptações de letras maiúsculas e minúsculas para manter a correção, alteraria o sentido da frase.
- 23 Infere-se do trecho final do texto que os quatro atos do drama shakespeariano representam etapas vividas por Henrique V no dia antecedente ao de uma guerra.

Como porta-voz dos funcionários de uma repartição, um chefe dirigiu-se ao diretor do departamento propondo horário alternativo de expediente, para que todos pudessem assistir aos jogos da seleção brasileira de futebol. Em resposta a essa iniciativa, o diretor propôs-se a enviar correspondência a todos os setores a fim de solucionar a questão.

A partir da situação hipotética acima e relativamente à redação de correspondências oficiais, julgue os itens a seguir.

- 24 Uma modalidade de comunicação adequada para ser enviada pelo diretor é o memorando.
- 25 Para demonstrar apreço a seus subordinados, o diretor deve fechar o documento a ser enviado com a fórmula de cortesia **Respeitosamente**.

Texto para os itens de 26 a 34

Integração limitada

Com 25 países-membros e uma estrutura burocrática que teve de ser multiplicada para acomodar mais 10 nações desde 2004, a União Européia pisou no freio da ampliação. Agora, pensará duas vezes antes de aceitar outros integrantes, já que problemas como desemprego, imigração e arrocho nas políticas de bem-estar social estão tomando dimensões preocupantes. Ao final da cúpula de chefes de governo da União Européia, em Bruxelas, os líderes pediram à Comissão Européia que prepare ainda esse ano um relatório sobre os limites às novas inclusões.

Correio Braziliense, 17/6/2006, p. 18 (com adaptações).

Tomando o texto acima como referência inicial, julgue os itens que se seguem.

- 26 A União Européia, descendente direta dos Tratados de Roma da década de 50 do século XX, consolida o processo de integração de Estados mais relevante no mundo contemporâneo.
- 27 A integração européia limitou-se à noção de união aduaneira completa, ou seja, a um objetivo puramente comercial.

- 28 A União Européia, que cresceu, recentemente, de forma muito rápida, limitará, nos próximos meses, a inclusão de novos membros.
- 29 Os limites às novas inclusões de membros na União Européia podem se dar por motivos culturais, como no caso da Turquia, e econômicos, como no caso de inclusão de sócios mais pobres.
- 30 A presença da Rússia como membro ativo da União Européia afastou o fantasma da Guerra Fria das relações internacionais intra-européias.

Ainda tomando o texto como referência inicial e considerando que o MERCOSUL é um processo de integração mais recente e mais frágil quando comparado ao caso da União Européia, julgue os itens seguintes, a respeito dessa comparação e das características específicas do MERCOSUL.

- 31 Apesar de criado há mais de uma década, o MERCOSUL, quando comparado à União Européia, é ainda uma experiência de integração econômica e política em fase inicial.
- 32 O MERCOSUL, que já alcançou certo nível de integração política e de dissolução das fronteiras nacionais, apóia tanto regimes democráticos quanto autoritários.
- 33 A economia do MERCOSUL é bastante homogênea, com Estados nacionais assemelhados no que concerne a estrutura produtiva e capacidade industrial.
- 34 Com a recente inserção da Venezuela no MERCOSUL, inicia-se processo de integração dos produtos internos brutos das três maiores economias da América do Sul: Argentina, Brasil e Venezuela.

A Copa do Mundo de Futebol, recentemente realizada na Alemanha, chamou a atenção para o fato de que esse esporte é também uma forma de arte, uma cultura comum aos povos e uma indústria que cresce a passos rápidos. Quanto aos aspectos que consagram o futebol como um fenômeno internacional, julgue os itens a seguir.

- 35 A economia capitalista está presente, hoje, em todos os segmentos do futebol, por meio de patrocínios, propagandas, divulgação de produtos e de empresas.
- 36 A saga, a beleza e as frustrações do futebol, paixão nacional no Brasil, foram tema de músicas de grandes compositores brasileiros.
- 37 Criado no século XX, o futebol ainda é um esporte exclusivamente masculino.
- 38 Estudos econômicos demonstram que o efeito do futebol sobre o produto interno das cidades e países que sediam as copas do mundo é insignificante durante o período de realização desses eventos.
- 39 A África do Sul, país anfitrião da Copa do Mundo de Futebol em 2010, terá oportunidade de demonstrar tanto a evolução do esporte naquele país quanto os avanços da democracia e da economia nacionais.

A Amazônia brasileira apresenta uma relação natural com os países vizinhos ao norte e ao ocidente brasileiro, funcionando como região de integração nacional ao espaço sul-americano. No tocante a essas relações, julgue os itens subseqüentes.

- 40** A Amazônia brasileira, embora integrada, econômica e socialmente, às regiões amazônicas nos países vizinhos, possui a especificidade da sua localização na mais robusta economia da América do Sul.
- 41** Na Amazônia, o controle das fronteiras é difícil, o que propicia intercâmbios não apenas de produtos lícitos, mas também de ilícitos.
- 42** Os Estados nacionais em que a Amazônia está presente exercem forte controle da extraordinária biodiversidade da região.
- 43** A força da Amazônia brasileira e dos países vizinhos na América do Sul deriva da conservação dessa região, considerada um santuário ecológico.

No portal www.mp.to.gov, pode-se encontrar uma lista com os nomes dos 85 promotores de justiça e outra, com os nomes dos 12 procuradores de justiça do Ministério Público do Estado do Tocantins (MPE/TO). Essas listas incluem os nomes daqueles que estão ocupando cargos especiais, como, por exemplo, o próprio procurador-geral de justiça. O MPE/TO possui o Conselho Superior com dois membros natos, o procurador-geral de justiça e o corregedor-geral do Ministério Público, e mais três membros não-natos eleitos entre os promotores e procuradores.

Considerando essas informações, julgue os itens a seguir.

- 44** Considere que os procuradores de justiça do MPE/TO devam se organizar em equipes de 5, 4 e 3 indivíduos para o desempenho de determinadas tarefas. Então, sabendo-se que um procurador não pode participar de mais de uma equipe, deduz-se que há, no máximo, 27.720 maneiras distintas de se organizar tais equipes.
- 45** Se o procurador-geral de justiça e o corregedor-geral do MPE/TO estiverem na lista dos procuradores, então haverá, no máximo, 138.415 maneiras distintas de se eleger os três membros do Conselho Superior do MPE/TO.

- 46** Suponha que o Conselho Superior do MPE/TO se reúna em uma sala que pode ser organizada de duas formas distintas, de maneira que os conselheiros possam ser dispostos em torno de uma mesa redonda com 5 cadeiras, ou em 5 cadeiras enfileiradas. Nesse caso, independentemente da adequação do local, os conselheiros têm exatamente o mesmo número de maneiras de se arranjar em essas duas formas.
- 47** Considere que 27 dos 85 promotores e 4 dos 12 procuradores sejam mulheres. Se fosse permitido que um dos três membros não-natos do Conselho Superior fosse sorteado, então a probabilidade de ser sorteada uma mulher seria três vezes menor que a probabilidade de ser sorteado um homem.
- 48** Considere que algum dos promotores de justiça decidisse elaborar um código particular para os processos que recebe anualmente, usando todas as letras da palavra PROMOTOR. Nesse caso, o número de códigos que começariam e terminariam com a letra O seria igual a 360.

RASCUNHO

Uma proposição é uma afirmativa que pode ser interpretada como verdadeira (V) ou falsa (F), mas não de ambas as formas. As proposições são usualmente simbolizadas por letras maiúsculas, P, Q, R, por exemplo. Proposições compostas podem ser construídas nas formas $P \wedge Q$, $P \vee Q$, $P \rightarrow Q$ e $\neg P$, cujas leituras são, respectivamente, P e Q, P ou Q, P implica Q (ou, se P então Q) e não P. A interpretação de $P \wedge Q$ é V se P e Q forem ambas V, caso contrário, é F; a interpretação de $P \vee Q$ é F se P e Q forem ambas F, caso contrário, é V; a interpretação de $P \rightarrow Q$ é F se P for V e Q for F, caso contrário, é V; e finalmente, a interpretação de $\neg P$ é F se P for V, e é V se P for F.

Duas proposições são equivalentes quando todas as suas possíveis interpretações são iguais. As seguintes proposições constituem formas sintáticas corretas de argumento.

$$I \quad [(P \rightarrow Q) \wedge (Q \rightarrow R)] \rightarrow (P \rightarrow R)$$

$$II \quad [\neg Q \wedge (P \rightarrow Q)] \rightarrow \neg P$$

As proposições $(P \rightarrow R)$, em I, e $\neg P$, em II, são chamadas conclusões do argumento, e as demais proposições são premissas. Um argumento é válido se a conclusão for V, sempre que as premissas forem V.

Com base nessas informações, julgue os itens subseqüentes.

49 Na lista abaixo, há exatamente três proposições.

- Faça suas tarefas.
- Ele é um procurador de justiça muito competente.
- Celina não terminou seu trabalho.
- Esta proposição é falsa.
- O número 1.024 é uma potência de 2.

50 Considere as seguintes simbolizações.

P: Roberto Carlos é governador de estado.

Q: Roberto Carlos é saudável.

R: Roberto Carlos é inteligente.

Dessa forma, a proposição *Roberto Carlos não é governador de estado, mas é saudável e inteligente* pode ser corretamente simbolizada por $\neg P \wedge (Q \wedge R)$.

51 As proposições $P \vee (P \wedge Q)$ e P são equivalentes.

52 A proposição *Se o Brasil vencer a copa de futebol de 2010, então o Brasil será hexacampeão* é equivalente à proposição *Se o Brasil não vencer a copa de futebol de 2010, então o Brasil não será hexacampeão*.

53 O trecho a seguir pode ser simbolizado como uma forma sintática correta de argumento apresentada no texto.

Se o incrível Hulk é contrariado, então o incrível Hulk fica zangado. Se o incrível Hulk fica zangado, então o incrível Hulk destrói toda a casa. Portanto, se o incrível Hulk destruiu toda a casa, então o incrível Hulk foi contrariado.

54 O argumento *Se Vênus é uma deusa, então Vênus não é mortal, mas (e) Vênus é mortal, então Vênus não é uma deusa* é válido, de acordo com o exposto no texto.

55 Não é válido, de acordo com o apresentado no texto, o seguinte argumento: *Se esse programa de computador está correto, então ele produz a resposta certa quando executado com os dados que eu preciso, mas (e) ele produz a resposta certa quando executado com os dados que eu preciso; portanto, esse programa de computador está correto.*

56 Considere que uma proposição X, quando representada simbolicamente, contenha somente as letras P, Q e R. Na tabela abaixo, são mostradas as duas únicas situações nas quais a interpretação de X é V. Sendo assim, uma forma simbólica possível para X seria $(P \wedge \neg Q \wedge R) \vee (\neg P \wedge Q \wedge \neg R)$.

P	Q	R	X
V	F	V	V
F	V	F	V

	bacharel	pianista	desenhista	alemão	francês	italiano
Marco Antônio			F			
Júlio César			F			
Adriano	F	F	V			
alemão						
francês						
italiano						

Na tabela acima, está marcada com V (verdadeiro) a célula que faz o cruzamento da seguinte informação: Adriano é desenhista. Considerando que a correspondências entre os nomes de pessoas, profissões e idiomas que falam sejam biunívocas, isto é, cada pessoa fala um e somente um idioma e exerce uma e somente uma profissão, e que Marco Antônio, Júlio César e Adriano têm profissões distintas e falam diferentes idiomas, julgue os itens subseqüentes, com base nessas informações e na marcação inicial especificada acima.

57 Considere verdadeiro que Marco Antônio fale alemão. Nesse caso, é verdadeira a proposição: *Se Júlio César não for bacharel e o pianista não fala italiano, então Adriano não fala italiano.*

58 É verdadeira a proposição: *Se o bacharel fala alemão e Marco Antônio fala italiano, então o pianista fala francês.*

59 *Se o pianista fala alemão e o bacharel fala francês, então Marco Antônio é bacharel e Júlio César é pianista* é uma implicação verdadeira.

60 É possível que a proposição *Ou o desenhista não fala italiano ou o pianista não fala francês ou Júlio César fala francês* seja verdadeira.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Acerca dos direitos e garantias fundamentais, julgue os itens seguintes.

61 O sigilo bancário pode ser quebrado por decisão, desde que fundamentada, de comissão parlamentar de inquérito estadual.

62 No mandado de segurança impetrado pelo Ministério Público contra decisão proferida em processo penal, é obrigatória a citação do réu como litisconsorte passivo.

63 Considere a seguinte situação hipotética.

João foi encontrado tempos depois de ter praticado um crime, na casa de sua mãe, Maria.

Nessa situação, a Constituição autoriza a prisão de João, mesmo durante a noite, se houver autorização de sua mãe para que a polícia ingresse em seu domicílio.

64 Considere a seguinte situação hipotética.

Um grupo seqüestrou uma jovem e encaminhou para a família da vítima um bilhete apócrifo contendo o valor do resgate, bem como indicando o modo de se proceder para entregá-lo aos seqüestradores.

Nessa situação, o referido bilhete pode iniciar um inquérito policial, pois não se aplica aqui o princípio constitucional que veda o anonimato.

Acerca da organização do Estado, julgue os próximos itens.

65 As concessões de terras devolutas situadas na faixa de fronteira, feitas pelos estados, autorizam apenas o uso, permanecendo o domínio com a União, ainda que esta se mantenha inerte ou tolerante em relação aos possuidores.

66 Compete à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios legislar concorrentemente sobre direito econômico.

Acerca da organização dos poderes, julgue os itens que se seguem.

67 Compete ao presidente da República nomear o procurador-geral de justiça do estado do Tocantins.

68 Os vereadores serão julgados pelos crimes comuns pelo respectivo tribunal de justiça.

Acerca do Ministério Público, julgue os itens a seguir.

69 Conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), o Ministério Público possui legitimidade para propor ação civil pública com o fim de declarar nula cláusula contratual referente à proteção adicional para cartões de crédito, por estarem envolvidos, na espécie, direitos individuais homogêneos e relação de consumo.

70 São prerrogativas dos membros do Ministério Público estadual: ser ouvido, em processo administrativo ou judicial, em dia, hora e local previamente ajustado com o juiz ou autoridade competente e ser processado e julgado originariamente pelo Superior Tribunal de Justiça.

71 O corregedor-geral do Ministério Público do Estado do Tocantins (MPE/TO) será eleito pelo colégio dos procuradores de justiça, para um mandato de 2 anos, permitida apenas uma recondução.

Acerca dos servidores públicos, julgue os itens subseqüentes.

72 Considere a seguinte situação hipotética.

Pedro, que é servidor público detentor de cargo efetivo com apenas 4 anos de contribuição, foi acometido por acidente em serviço que lhe causou invalidez permanente.

Nessa situação, Pedro fará jus a aposentadoria integral e não proporcional.

73 A fixação de limites mínimo e máximo de idade para fins de concurso público para ingresso em cargo público pode ser feita exclusivamente pelo edital do certame.

74 A regra constitucional que fixa o teto de remuneração no âmbito do serviço público não impede, conforme entendimento do STF, que o adicional por tempo de serviço ultrapasse aquele limite.

Acerca do regime dos servidores públicos do estado do Tocantins, julgue os próximos itens.

75 Considere que Pedro, servidor civil do estado do Tocantins, tenha sido convocado para proferir um curso de atualização em licitações e contratos para outros servidores do mesmo órgão. Nessa situação, será devida, a título de pró-labore, uma gratificação a Pedro.

76 A acumulação ilegal de cargos públicos, quando houver má-fé, importará ao servidor infrator o dever de devolver ao erário público as remunerações recebidas ilegalmente, sob pena de inscrição na dívida ativa.

77 Prescreve em dois anos a ação disciplinar punível com pena de demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade e destituição de cargo em comissão.

Ezequiel, empresário local, juntamente com o prefeito de um município do estado do Tocantins, cometeram, em 15 de janeiro de 1990, um ato de improbidade, causando prejuízo patrimonial para o referido município.

Com referência à situação hipotética acima, julgue os itens seguintes, acerca da improbidade administrativa.

78 A ação civil pública por ato de improbidade titularizada pelo Ministério Público estadual deverá ser proposta perante o juízo estadual de primeira instância.

79 Na hipótese em apreço, o prazo prescricional para aplicar a punição ao prefeito se dará após 5 anos a contar da prática do ato de improbidade.

80 Ezequiel não pode ser punido por ato de improbidade, já que não é agente público.

A respeito das fundações e do procedimento de fiscalização exercida sobre elas pelo Ministério Público, julgue os itens a seguir.

81 Quando, no exercício da atividade fiscalizadora de uma fundação de direito privado, o Ministério Público verificar que os atos dos dirigentes desta não atendem a finalidades específicas a que a fundação se destina, deverá, por decisão administrativa, promover a destituição do seu órgão dirigente, extinguindo a instituição e determinando que o seu patrimônio seja integrado a outra fundação já existente.

- 82** Se a atividade de uma fundação se estender a diversos estados da Federação, compete ao membro do Ministério Público Federal fiscalizá-la, evitando-se, assim, uma multiplicidade de fiscalização e eventual divergência entre os representantes do Ministério Público de cada estado.
- 83** O Ministério Público, por decisão administrativa, pode indeferir pedido de instituição de fundação ou requerimento de modificação dos estatutos de fundação já existente.
- 84** Para a alienação do patrimônio da fundação, são necessários a autorização da maioria absoluta dos integrantes do conselho curador e o parecer favorável do Ministério Público.

Julgue os itens seguintes, que versam acerca da responsabilidade pelo fato, por vícios do produto e serviço nas relações de consumo, sob a sistemática do Código de Defesa do Consumidor (CDC).

- 85** Os vícios de qualidade dos serviços são aqueles que os tornam impróprios à sua fruição ou lhes diminuem o valor. Serão considerados impróprios os serviços que se mostrem inadequados aos fins a que se destinam, aqueles que não atendam às normas regulamentares de prestabilidade, bem como aqueles em que se verifique disparidade qualitativa entre o serviço ofertado e o executado.
- 86** Nas relações de consumo, a reparação dos danos é integral e o fornecedor do produto ou do serviço responde objetivamente pelos danos morais e materiais causados ao consumidor, ainda que um dos contratantes seja profissional liberal.
- 87** Considera-se produto defeituoso aquele que apresenta falha de criação, de fabricação ou no qual faltam instruções sobre o seu uso.
- 88** Será excluída a obrigação de indenizar por parte do fornecedor, quando restar provado não haver qualquer defeito no produto e que o acidente de consumo ocorreu por culpa exclusiva do consumidor.

Em conformidade com os contratos regidos pelo CDC e pelo Código Civil, julgue os itens que se seguem.

- 89** Os contratos firmados após o advento da nova legislação civil são regidos pelos princípios sociais contratuais. A referida legislação derogou os princípios da liberdade contratual e da obrigatoriedade do pactuado, exigindo que os contratos de adesão e os paritários, em virtude da função social do contrato, sejam regidos tão-somente pelos princípios de probidade e de boa-fé.
- 90** Sempre que o contrato de consumo envolver concessão de financiamento, o fornecedor deverá informar ao consumidor, prévia e adequadamente, acerca dos dados essenciais, como o preço do produto ou do serviço, em moeda corrente nacional, o montante dos juros de mora e da taxa efetiva anual dos juros, os acréscimos legalmente previstos, o número e a periodicidade das prestações e a soma total a pagar, com e sem financiamento.

- 91** Nas relações regidas pelo Código Civil, são nulas as cláusulas que criarem onerosidade excessiva para um dos contratantes, independentemente de esse vício estar presente desde a formação do contrato, surgir supervenientemente ou ser imprevisível. Reconhecida onerosidade excessiva, impõe-se a anulação do contrato.

- 92** O princípio da função social determina que os interesses individuais das partes do contrato sejam exercidos em conformidade com os interesses sociais, sempre que estes se apresentem. Não pode haver conflito entre eles, pois os interesses sociais são prevalentes.

A propósito das pessoas naturais e jurídicas, julgue os itens subseqüentes.

- 93** Os direitos da personalidade são inatos e permanentes, uma vez que nascem com a pessoa e a acompanham durante toda a existência até a sua morte. Têm como finalidade proteger, principalmente, as qualidades, os atributos essenciais da pessoa humana, de forma a impedir que esses direitos possam ser apropriados ou usados por outras pessoas que não os seus titulares.

- 94** A emancipação voluntária dá-se por concessão de ambos os pais ou, em caso de desacordo entre os genitores quanto à emancipação do filho, exclusivamente por um deles, mediante escritura pública devidamente registrada em cartório de registro civil.

- 95** Nas sociedades irregulares, isto é, sem a devida personalidade jurídica, os bens e as dívidas sociais configuram um patrimônio especial do qual os sócios são titulares em condomínio. Todos os sócios respondem ilimitada e solidariamente pelas obrigações sociais.

Acerca do direito de família, julgue os itens que se seguem.

- 96** O Ministério Público poderá propor ação de destituição do poder familiar, perante o juízo da infância e da juventude, sustentando que uma determinada criança se encontra privada de condições essenciais à sua subsistência e saúde, em razão de manifesta impossibilidade dos pais em provê-las, decorrente da falta de recursos materiais.

- 97** A eficácia do regime de participação final dos aquestos surge com a dissolução da sociedade conjugal, ocasião em que serão apurados os bens de cada um dos cônjuges, cabendo a cada um deles ou a seus herdeiros a metade dos bens adquiridos onerosamente pelo casal na constância do casamento.

Quanto a ações coletivas, julgue os próximos itens.

- 98** Um determinado consumidor tem legitimidade para ingressar com ação coletiva de indenização por violação a direitos individuais homogêneos, pois, quando se trata de interesses transindividuais, o processo individual é inadequado por não absorver as inúmeras complexidades do processo coletivo.
- 99** Nas ações condenatórias que versem acerca de direitos relativos a danos causados a direitos coletivos, difusos ou individuais homogêneos, em que a sentença condenatória seja genérica ou ilíquida, será necessária a liquidação para atribuir eficácia executiva à sentença.
- 100** O Ministério Público tem legitimidade para propor ação civil pública com a finalidade de amparar direitos individuais de um grupo de pessoas lesadas que busquem a responsabilização por danos sofridos em razão de ilícito civil.

Em cada um dos próximos itens, é apresentada uma situação hipotética acerca da ação penal, do inquérito policial e(ou) do processo penal, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 101** Um delegado de polícia, em razão do desempenho de suas atividades regulares, tomou conhecimento da notícia de um furto e, de ofício, instaurou inquérito policial visando a coleta de provas iniciais acerca da autoria e da materialidade do delito. Após a realização das primeiras diligências, não restou demonstrada a existência do crime, tendo a autoridade policial encerrado as investigações e determinado o arquivamento do feito na esfera policial. Nessa situação, agiu corretamente o delegado de polícia, pois, diante da inexistência do crime, não há necessidade da remessa do inquérito policial ao Poder Judiciário.
- 102** Um promotor de justiça, em crime de ação pública incondicionada, ao receber o inquérito policial, ofereceu denúncia perante o juízo competente. Este, ao verificar o decurso do prazo prescricional, constatou que o crime já estava prescrito. Nessa situação, o juiz deve decretar a extinção da punibilidade e, por consequência, rejeitar a denúncia.
- 103** Um juiz de determinada comarca, ao receber a denúncia, procedeu a citação do réu e determinou a realização do interrogatório do acusado no estabelecimento prisional em que este se encontrava recolhido, designando data e horário para a realização do ato. A defesa do acusado, notificada para a audiência, interpôs recurso perante o tribunal, visando impedir a realização do ato, sob a alegação de prejuízo para a defesa do réu. Nessa situação, agiu acertadamente a defesa, pois estipula a lei processual penal que os atos processuais, sem exceção, devem ser praticados na sede em que estiver sediado o órgão julgador.

Com respeito à ação penal, julgue os itens seguintes.

- 104** Quando for manifesta a ilegitimidade da parte e rejeitada a denúncia, a ação poderá ser novamente proposta, desde que o seja pela parte legítima.
- 105** Na ação penal exclusivamente privada, o juiz deverá limitar-se à oitiva das testemunhas arroladas pelas partes, pois, tratando-se a ação de iniciativa do ofendido, não cabe ao órgão julgador a iniciativa da inquirição de outras testemunhas, mesmo que na qualidade de informantes do juízo.

Em cada um dos itens que se seguem, é apresentada uma situação hipotética acerca do direito penal e do processo penal, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 106** A autoridade policial, diante da captura de um suspeito de roubo, lavrou o auto de prisão em flagrante e, após os procedimentos legais pertinentes, comunicou a prisão ao juiz competente, que entendeu pela legalidade do ato e manteve a prisão. Nessa situação, a partir do momento da decisão do juiz pela continuidade da prisão, caso a prisão seja ilegal, a autoridade coatora será o juiz e, se for impetrado *habeas corpus*, o remédio judicial será julgado em segunda instância.
- 107** Um promotor de justiça requisitou a instauração de inquérito policial, sem fundamento jurídico para a persecução. Diante da requisição, a autoridade policial verificou não haver infração penal, em tese, mas, estando obrigada a atender à requisição, instaurou o procedimento inquisitório. Nessa situação, a autoridade policial responderá pelo constrangimento ilegal a ser corrigido por intermédio de *habeas corpus*.
- 108** Um indivíduo penalmente capaz praticou estupro seguido de homicídio, tendo sido preso em flagrante delito. Nessa situação, o julgamento dos dois crimes (estupro e homicídio) será da alçada do tribunal do júri, cuja competência prevalece sobre a jurisdição comum.
- 109** Armando, denunciado por crime de bigamia, alegou em seu interrogatório a nulidade do primeiro casamento. Nessa situação, o juízo criminal deverá aguardar a solução da questão na órbita cível, uma vez que não faz sentido condenar Armando por bigamia, caso o juízo cível anule um dos casamentos.

110 Um indivíduo, denunciado por crime de estelionato em concurso material, mediante provocação do representante do Ministério Público, teve decretado o seqüestro de seus bens imóveis e móveis, sob a fundamentação de que estava plenamente demonstrada a responsabilidade do autor da infração penal, apesar de não existirem indícios veementes da procedência ilícita dos bens. Nessa situação, agiu acertadamente o magistrado, pois, para a decretação da medida assecuratória, quaisquer indícios, mesmo que leves, bastam para sustentar a privação incidente sobre o direito de propriedade do réu.

111 Alfredo foi preso e autuado em flagrante delito por crime apenado com reclusão cuja pena mínima é de dois anos. Findo o procedimento na esfera policial, o delegado de polícia que presidiu a lavratura do auto concedeu fiança ao indiciado, sob a condição de comparecimento diante do juiz todas as vezes que for intimado para atos da instrução criminal. Nessa situação, laborou em equívoco o delegado de polícia, pois, diante do crime em tela, somente o juiz poderia conceder a fiança.

No que tange aos crimes em espécie, julgue os seguintes itens.

112 Os crimes hediondos, conforme a previsão legal, somente podem ser considerados como tal se ocorrerem em sua forma consumada, não sendo conferido caráter hediondo às figuras delituosas tentadas.

113 Considere a seguinte situação hipotética.

Aurélio e Caio, ambos penalmente responsáveis, agindo com unidade de desígnios e mediante ameaça empregada com uma chave de fenda, subtraíram de Maria a importância de R\$ 350,00 e um aparelho celular. Perseguidos por populares logo após a prática do delito, Aurélio conseguiu fugir levando consigo o aparelho celular, e Caio foi preso com o numerário subtraído.

Nessa situação, Aurélio e Caio responderão por roubo consumado, pois ambos efetivaram a retirada do bem, embora Caio não chegasse a ter a posse desviada da coisa.

114 Considere a seguinte situação hipotética.

Um traficante de drogas comprou dois quilos de cocaína e, em seguida, vendeu a metade do entorpecente, retendo em depósito um quilo da droga para posterior consumo e venda.

Nessa situação, observa-se que várias condutas típicas evidenciam o tráfico de entorpecentes, conforme tipificado na legislação específica e, assim, no caso em apreço, o agente responderá por dois ou mais delitos de tráfico ilícito de entorpecentes em continuação delitiva, uma vez que adquiriu, vendeu e reteve em depósito substância entorpecente.

Julgue o item abaixo, que se refere aos crimes contra a fé pública, em específico a falsidade documental.

115 Quem tem em suas mãos um espelho de identidade em branco e verdadeiro e, sem possuir legitimidade, o preenche com dados falsos, comete falsidade material, ao passo que aquele que tem em seu poder um espelho verdadeiro e, tendo legitimidade para preenchê-lo, o faz com dados falsos, comete crime de falsidade ideológica.

Acerca da Lei Orgânica do MPE/TO, julgue os seguintes itens.

116 Ao MPE/TO é assegurada autonomia funcional, cabendo ao Estado, por intermédio do Poder Executivo estadual, a prática de atos de gestão, a exemplo da gestão de pessoal administrativo, nomeação, exoneração e demissão de cargos e aquisição de bens.

117 A Procuradoria-Geral de Justiça tem por chefe o procurador-geral de justiça, nomeado pelo governador do estado, entre os indicados em lista tríplice, elaborada mediante voto dos membros do MPE/TO do quadro ativo da carreira.

118 Os estagiários, auxiliares do MPE/TO, ingressarão no quadro de apoio técnico e administrativo após prévia aprovação em concurso público de provas e títulos, o que lhes garante vínculo empregatício estável com o Estado, bem como direitos e vantagens assegurados aos servidores públicos.

119 Os órgãos e serviços auxiliares de apoio técnico e administrativo do MPE/TO serão organizados e criados por lei, mediante proposta do procurador-geral de justiça, constituindo quadro próprio de cargos de carreira.

120 Os membros do MPE/TO, no exercício de suas funções, são independentes, razão por que nem seus superiores hierárquicos podem ditar-lhes ordens no sentido de adotar esse ou aquele procedimento dentro de um processo, estando, entretanto, sujeitos a poderes de disciplina, direção e fiscalização.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova — que vale **quinze** pontos —, faça o que se pede, usando o espaço indicado no presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **trinta** linhas será desconsiderado.
- Na **folha de texto definitivo**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

Redija um texto dissertativo acerca da responsabilidade civil oriunda de danos ao meio ambiente, abordando, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ responsabilidade objetiva;
- ▶ formas de reparação do dano ambiental;
- ▶ legitimação passiva.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

